

Editorial

Maíra Oliveira dos Santos (Editora-chefe)

Israel Aquino (Editor-Gerente)

Debora Salvi (Editora-Gerente)

Em 2018, enquanto ainda recebíamos artigos para esta edição, foram realizadas eleições a nível federal e estadual no Brasil. Nestas eleições, novos personagens foram inseridos no panorama nacional, colocando em jogo para milhares de brasileiros diversas questões que permaneciam veladas até então ou que ganharam maior força dentro daquele contexto.

Em tempos onde as mais recentes tecnologias de comunicação - internet, celulares, redes sociais, etc. - encontram-se continuamente no centro das atenções e do debate públicos, assistimos a invasão do espaço político-eleitoral por um vocabulário que evoca muito do momento tecnológico que vivemos: *Twitter*, *Whatsapp*, *hashtags*, *fake news*... Mas, talvez, a verdadeira novidade nesse processo tenha sido o contraste *aparente* entre os novos espaços ocupados pela disputa política e as velhas práticas que permeiam nossos processos eleitorais, tais como os conchavos partidários, as campanhas difamatórias e as quase onipresentes práticas de corrupção. Em meio a tudo isso, o país viveu uma de suas disputas mais desesperadas dos últimos anos, que confrontou dois projetos antagônicos e colocou em xeque a própria sobrevivência de nosso incipiente regime democrático.

O voto continua sendo um dos principais elementos que caracterizam os países que se apresentam como democráticos. Sua importância simbólica é tão significativa que ele se faz presente em regimes de diferentes matizes ideológicos, sejam os que se reivindicam liberais ou socialistas. Mesmo assim, a universalização deste direito é uma conquista extremamente recente em nosso país - há apenas 30 anos o voto universal está prescrito em nossa Constituição. E, em outros países, essa situação se torna mais preocupante: segundo relatório da ONG Freedom House, em 2018 existiam 49 países considerados não democráticos ao redor do mundo - indo de monarquias familiares a repúblicas teocráticas fundamentalistas.

Evidentemente, a realização de eleições não é sinônimo de democracia ou liberdade - como atestam alguns dos países mencionados no último parágrafo. As críticas aos regimes representativos indicam, ainda, uma limitação dessa forma de organização, que exclui das decisões políticas diretas a maior parte dos cidadãos, ao limitar sua participação a eleições periódicas, onde são apresentados candidatos previamente escolhidos pelos partidos. Fica a impressão de que o caminho para a democracia é longo, e ainda tem muitos percalços.

Nesse contexto, consideramos oportuna a temática do Dossiê que a Revista Aedos traz a público em sua edição de número 23: *Para que votar?* História do voto e das eleições no Brasil. Organizado pelos colegas Douglas Souza Angeli e Paula Vanessa Paz Ribeiro, do PPGH UFRGS, o dossiê contou com sete artigos temáticos, além de duas entrevistas, concedidas pelas professoras Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) e Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS).

Tal como apontam os organizadores do nosso dossiê, *“Pensar as motivações do voto em um momento em que a maioria da população brasileira é movida por um sentimento de descrença (...) se faz necessário para compreender o complexo jogo de representação e de expressão da vontade popular nas mais diversas conjunturas históricas e políticas da República brasileira”*. Desta forma, a Aedos traz para o debate a contribuição dos colegas historiadores e historiadoras, neste momento em que a reflexão crítica e consciente se faz tão importante para superação dos desafios sociais e políticos que se impõe à nossa sociedade.

Desejamos uma boa leitura a todos!